



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE CONTRATO

Contrato de Fornecimento de equipamentos e serviços de engenharia necessários para instalação de central geradora de energia elétrica por meio de usina fotovoltaica conectada à rede (minigeração distribuída), com potencia instalada de 164,25 KWp, sobre estrutura metálica sistema "Carport" (com telhamento metálico), decorrente do Processo SEI 0004174-08.2019.6.12.8000, firmado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional de Mato Grosso do Sul e a empresa xxxxx

*Pelo presente instrumento a União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, CNPJ. n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ n. **XXXXXXXXXXXXX**, estabelecida na Rua **XXXXXX**, **XXX**, Bairro **XXXXXX**, **XXXXXXXX**, CEP **XXXXXXXX**, e-mail: XXXXXXXXXX, Telefone/fax: (XX) **XXXX-XXXX**, (XX) **XXXX-XXXX**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade **XXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominado Contratado, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Procedimento Administrativo **SEI 0004174-08.2019.6.12.8000 – Pregão nº xx/2019** e proposta da contratada, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:*

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento de equipamentos e serviços de engenharia necessários para instalação de central geradora de energia elétrica por meio de usina fotovoltaica conectada à rede (minigeração distribuída), com potencia instalada de 164,25 KWp, sobre estrutura metálica sistema "Carport" (com telhamento metálico), incluso o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários, mão de obra especializada para instalação, aprovação de projeto na concessionária, projeto de estrutura metálica, monitoramento, assessoria técnica e garantia do serviço/equipamento/materiais, manutenção corretiva dos

equipamentos e capacitação técnica da equipe de manutenção, conforme as especificações técnicas constantes da proposta da contratada, que fica fazendo parte integrante deste Contrato.

1.2. O local de instalação da central geradora, sua respectiva potência mínima instalada e demais características dos sistemas é prédio que abriga o Depósito de Urnas, Almoxarifado e Arquivo Central do TRE/MS, localizado na Rua Delegado Jose Alfredo Hardmanm 184, **Campo Grande/MS, com usina fotovoltaica de 164,25 KWp**, com o fornecimento de estrutura metálica sistema "Carport" para 60 vagas de veículos que funcionarão de suporte para 450 painéis solares de 365Wp e 10 inversores de 15KW (**total de 150 KW - soma das potências nominais dos inversores**), sem a utilização de transformadores para se conectar às instalações elétricas do prédio. Concessionária local atual é a ENERGISA, com Tensão Nominal de conexão à rede pública de 13,8KV, transformador trifásico 150 KVA.

1.2.1. A estrutura metálica sistema "Carport" com telhamento metálico deverá ser executada nos locais demarcados como vaga de estacionamento numeradas de 13 a 71, definidas no projeto de implantação do prédio.

1.3. O Formulário de Solicitação de Acesso para Microgeração Distribuída, a ser entregue à concessionária, deverá conter a lista de Unidades Consumidoras do TRE/MS que utilizarão o sistema de compensação de energia, conforme incisos VI e VIII do art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012.

1.4. O percentual de rateio dos créditos excedentes para cada Unidade Consumidora deverá ser discutido e aprovado pela Fiscalização do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A contratada é responsável pelos serviços, mediante os princípios e as técnicas próprias da arquitetura e engenharia, obedecendo sempre às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

2.2. Os serviços contratados envolvem os Itens abaixo relacionados, que deverão seguir as diretrizes determinadas no Termo de Referência, os quais deverão ser desenvolvidos e assinados por técnicos especializados que compõem a equipe da Contratada, recolhendo ART ou RRT específica, conforme detalhado abaixo:

a) Elaboração do Projeto de Microgeração a ser submetido na concessionária local:

1. Projeto Técnico a ser submetido para a aprovação da concessionária local, prevendo o sistema de compensação de energia elétrica, conforme Resolução ANEEL nº 482/2012;
2. A Fiscalização deverá ser consultada sobre a elaboração da lista de Unidades Consumidoras que farão parte do sistema de compensação de créditos, com as respectivas porcentagens de rateio dos créditos excedentes;
3. Fornecimento de ART ou RRT do responsável técnico pelo serviço;

b) Estrutura metálica sistema "Carport" nas vagas de estacionamento:

1. Projeto Executivo a ser aprovado pela Fiscalização, que deverá seguir as seguintes diretrizes:

- a) Os painéis fotovoltaicos deverão estar orientados para o Norte, com a inclinação que torne o sistema o mais eficiente possível;
 - b) Os Pilares da estrutura deverão ser fixados junto ao meio-fio que delimita as vagas, devendo as tesouras trabalharem em balanço. Tal definição se deve a fim de facilitar a manobra dos veículos que utilizarão as vagas de estacionamento;
 - c) A altura livre do ponto mais baixo da estrutura deverá ser de no mínimo 2,50m do solo;
 - d) A largura de cada vaga é de 2,5m, sendo que o comprimento a ser considerado na cobertura é de 6m (tesoura em balanço), perfazendo um total de 900m² (somatório das 5 fileiras de 12 vagas cada - total de 60 vagas);
 - e) Deverá prever telhamento em aço/alumínio espessura mínima de 0,5mm na área total de estacionamento (900m²);
 - f) Deverá ser previsto local para fixação dos inversores/stringbox, para cada "fileira" do estacionamento;
 - g) Em toda peça metálica passível de corrosão, deverá ser aplicado fundo primer epóxi e em seguida pintura em esmalte 2 demãos na cor a ser definida pela a Fiscalização;
 - h) Comprovada viabilidade técnica, sem alteração nos prazos de execução determinados neste Termo de Referência e seguindo as diretrizes previstas, os pilares da estrutura "Carport" poderão ser projetados/executados em concreto pré-fabricado;
2. A garantia pela integridade da estrutura deverá ser de no mínimo 5 anos a contar do Recebimento Definitivo;
 3. Fornecimento de ART ou RRT do responsável técnico pelo projeto e execução, contendo como atividade a estrutura e sua fundação;

c) Entrega dos materiais e equipamentos necessários para o sistema:

1. O fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para implementação do sistema deverá obedecer as seguintes diretrizes:

1. **Painéis Solares Fotovoltaicos:** a composição dos painéis solares deverá ser projetada para que sua potência total de no mínimo igual à potencia instalada determinada, com placas de potência mínima de 365 Wp, módulos de silício monocristalino, certificado do Inmetro classe A, mínimo de 144 células, controladores de carga tipo MPPT, caixa de junção padrão IP68 ou superior, estrutura reforçada para suportar ação de vento até 2.400 Pa, painéis solares anti-reflexo, eficiência do painel de no mínimo 18,40% na conversão de energia luminosa em elétrica nas condições padrão de teste - STC – *Standard Test Conditions* (1000 W/m²; 25°C; AM 1.5), garantia contra defeitos de material e fabricação mínima de 10 anos e 25 anos de garantia linear de desempenho, com decaimento de rendimento anual máxima 2,5% (após 2o ano), rendimento mínimo de 80% ao final do 25º ano - modelo de referência **Placa Solar 365w Monocristalino Canadian Solar - Cs3u-365ms**;
2. **Inversores:** para o atendimento das potencias instaladas de cada local, deverão ser utilizados a composição de inversores de 15KW, trifásico com eficiência máxima: ≥ 97%. Tensão Máxima CC: compatível com o gerador fotovoltaico; Fator de distorção máximo: 1,75%; Proteções e monitoramentos: AFCI & 2014 NEC Ready, Medição de isolamento CC, Disjuntor CC, Proteção à falhas com tela de interrupção, Medição de isolamento CC, Comportamento de sobrecarga com mudança do ponto de operação, limitação da produção. Os inversores devem ser trifásicos e fornecer energia em 220/127V de tensão e 60Hz de frequência, **sem uso de transformador adicional**. Deverá operar de forma totalmente automática, sem necessidade de qualquer intervenção ou operação assistida. Índice de Proteção Mínimo: NEMA 4X; Ter

capacidade de armazenamento das variáveis coletadas pelo Inversor de modo local (data logger), com placa de comunicação original de fábrica, através de captação do sinal de internet por wi-fi e RJ45. Os inversores devem atender à ABNT NR 16149 e garantia contra defeitos de material e fabricação mínima de 5 anos - modelo referência **Inversor Fronius Symo Brasil 15.0-3**;

1. Observações referentes aos modelos de referência dos inversores:

- **foram adotados como referência os equipamentos da linha Fronius Symo Brasil pelos seguintes motivos:**
 - a tensão de fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias de Mato Grosso do Sul é de 220/127V;
 - é do conhecimento desta Unidade Técnica que os únicos inversores que podem ser utilizados nesta contratação sem a instalação de transformadores de tensão são os referidos modelos indicados como referência;
 - optamos por não utilizar outros modelos de inversores, com tensão de saída diferente do especificado, pela perda de eficiência do sistema ocasionada pela transformação de tensão no transformador e também por adotar a solução com o mínimo de equipamentos possíveis visando minimizar o custo com a manutenção preventiva/corretiva (eliminando a manutenção do transformador)
 - o TRE/MS já possui em sua infraestrutura 8 usinas fotovoltaicas, com um total de 29 inversores, todos eles da linha Fronius Symo Brasil, que estão operando e sendo monitorado com sistema específico via internet.

3. **Estruturas de Fixação dos Painéis:** para o atendimento da potencia instalada determinada para cada local, os painéis deverão ser fixados na estrutura metálica "Carport" utilizando kits com trilhos em alumínio, específico este fim, apoiados em estrutura metálica e projetadas para suportar ação de vento com pressões superiores a 2.400 Pa nos painéis fotovoltaicos. Garantia do fabricante de no mínimo 10 anos contra defeito de fabricação.
4. **Cabos Fotovoltaicos:** os cabos utilizados para aplicação solar deverão ser unipolares livres de halogênio e resistentes a radiação ultravioleta. Deverão ser utilizados do lado CC, cabos solares de no mínimo 6 mm² com isolamento de 1000 volts. Para a instalação os condutores deverão ser projetados e fabricados seguindo no mínimo as exigências preconizadas pela NBR 5410. As perdas de tensão máximas no sistema como um todo, somando os lados CA e CC, não deverão ultrapassar 4%;
5. **StringBox:** Pannel de Condicionamento em Corrente Continua (CC) (String Box) deve ser montado em caixa com grau de proteção IP-65; possuir proteção contra sobrecorrente (fusíveis ou disjuntores), Dispositivos de Proteção contra Surtos (DPS) e chave seccionadora sob carga. Todos os componentes devem ter classificação própria para uso em sistemas fotovoltaicos;
6. **Acessórios:** todos os materiais acessórios, como terminais de ligação, conectores, quadros, disjuntores, sistema de comunicação e etc., deverão ser de primeira qualidade, compatíveis com o sistema projetado e de uso exclusivo de sistema fotovoltaico.

d) Instalação do Sistema:

1. Para este serviço, será considerada a instalação de todos os materiais e equipamentos especificados no projeto encaminhado à concessionária, bem como o atendimento das diretrizes apontadas no item anterior;
2. A contratada deverá dar garantia da instalação de no mínimo 1 ano;

3. O serviço deve ser realizado de modo que reste apenas a vistoria dos técnicos da concessionária com a respectiva substituição do medidor para que o sistema de geração de energia funcione plenamente;
4. O monitoramento via sistema Fronius (solarweb) deverá estar funcionando perfeitamente, sendo a conexão dos inversores com a rede de lógica do prédio feito via cabeamento estruturado (RJ45), onde os custos necessários para infraestrutura (eletrodutos, cabeamento, conectores, etc.) sendo arcados pela Contratada.
5. Deverá ser obedecido sempre as normas vigentes da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, Normas Técnicas da concessionária local (em especial a NDU-013 Critérios para conexão de acessantes de geração distribuída ao sistema de distribuição da Energisa - conexão em baixa tensão) e legislação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (em especial a Resolução Normativa Nº 482 de 17/04/2012);
6. Fornecimento dos Termos de Garantia de instalação (pela contratada, de no mínimo de 1 ano), e de todos os materiais e equipamentos descritos no item acima (pelos fabricantes, de acordo com os prazos mínimos especificados);
7. Fornecimento de ART ou RRT do responsável técnico pelo serviço;

e) Troca do Medidor e Vistoria da Concessionária:

1. Após aprovação do projeto na concessionária local, deverá ser providenciado pela contratada a solicitação de vistoria e substituição do medidor de energia, conectando efetivamente o sistema de geração de energia elétrica na rede de distribuição da concessionária;
2. A contratada deverá providenciar todas as ações necessárias para que o sistema funcione de forma eficiente, conforme projetado, garantindo ao TRE/MS a utilização da energia elétrica gerada no prédio do cartório eleitoral em que o sistema foi instalado, bem como nas outras Unidades Consumidoras que serão beneficiadas com o crédito excedente;

f) Monitoramento, Análise Mensal com Relatório, Suporte Técnico, Treinamento da Equipe de Manutenção e Manutenção Corretiva dos Equipamentos:

1. Deverá ser fornecido pela contratada um sistema de monitoramento da central de geração de energia, para análise em tempo real da performance da geração de energia;
2. Mensalmente, em um período mínimo de 1 ano após o início de operação do sistema, a contratada deverá fornecer um relatório com análise técnica mensal do resultado obtido no período;
3. A contratada, em um período de 1 ano após o início de operação do sistema, também deverá dar suporte técnico ao TRE/MS relativo à todas as dúvidas e necessidades de informações em relação ao funcionamento da central de geração de energia elétrica, prestando a assessoria de forma eficiente sempre que provocado pela Fiscalização;
4. Até 15 dias após o comissionamento do sistema, a contratada deverá ministrar um curso de capacitação em sistema fotovoltaico de no mínimo 4 horas, no município de Campo Grande, MS, para toda a equipe de Manutenção Predial do Tribunal Regional Eleitoral de MS, com previsão de 10 participantes. A referida capacitação deverá abranger os princípios de funcionamento do sistema, bem como as principais medidas a serem tomadas para sua manutenção preventiva e corretiva;
5. Até o período de 1 ano após a entrega definitiva do serviço, a contratada deverá garantir, sem ônus para o TRE/MS, mão de obra necessária para possível manutenção corretiva do sistema. Caso necessário a substituição de algum equipamento, peça ou parte da instalação devido a algum fator externo não previsto na garantia determinada nos itens 1.b) e 1.c) desta Cláusula, o Tribunal Regional Eleitoral

providenciará a suas expensas a referida aquisição, devendo a contratada arcar com toda a mão de obra necessária para solucionar a falha ocorrida.

2.3. O detalhamento dos serviços está previsto nos capítulos V e VI do Termo de Referência.

2.4. A elaboração do objeto acima descrito dar-se-á mediante os princípios e as técnicas próprias da arquitetura e engenharia, obedecendo sempre às normas vigentes da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, Normas Técnicas da concessionárias locais (Energisa e Elektro) e legislação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (em especial a Resolução Normativa N° 482 de 17/04/2012).

2.5. Todos os técnicos da equipe da contratada, que irão participar da elaboração dos serviços aqui envolvidos, deverão ser conhecedores, cada um na sua área, das normas vigentes da ABNT, as quais deverão ser aplicadas no desenvolvimento dos serviços e projetos que ora se contrata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

3.1. O período de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, podendo ser extinto antes deste prazo pela total resolução do objeto contratado ou prorrogado, no caso da não conclusão do objeto dentro do prazo fixado.

3.2. Os prazos relativos à execução dos serviços são os seguintes:

- a) Prazo de elaboração e encaminhamento do projeto à concessionária de energia:** até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início das atividades;
- b) Prazo para finalização da instalação da estrutura metálica:** até 75 (setenta e cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início das atividades;
- c) Prazo para a entrega dos materiais e equipamentos necessários para instalação do sistema:** até 75 (setenta e cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início das atividades;
- d) Prazo para instalação do sistema:** até 105 (cento e cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início das atividades;
- e) Prazo para solicitar à concessionária a troca do medidor e vistoria do sistema:** até 07 (sete) dias contados da data de aprovação do projeto ou da finalização da instalação da central de geração;

3.3. As prorrogações de prazos, de início, de conclusão, entrega e desempenho dos serviços, poderão ser deferidas por autoridade competente do Tribunal Eleitoral, desde que ocorra algum dos motivos arrolados no § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93, ou por autorização expressa da Administração, mediante análise do caso.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA

4.1. Como condição indispensável à execução do Contrato, a Contratada prestará a garantia em favor do Tribunal Regional Eleitoral, no montante correspondente a **5% (cinco por cento) do valor atualizado total deste contrato**.

4.1.1. A empresa poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia.

a) Caução em dinheiro: o valor será depositado em conta-caução, na Caixa Econômica Federal, conforme disciplinado pelo Decreto-Lei n.1.737/1979.

b) Títulos da dívida pública: somente será aceita sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

b) Seguro-Garantia: dar-se-á mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no país, legalmente autorizada, em favor exclusivamente do Tribunal Regional Eleitoral de MS, fazendo referência ao objeto do Contrato e à Licitação.

c) Fiança Bancária: A garantia somente será aceita se da mesma constar todos os requisitos abaixo indicados:

1) Comprometimento da instituição financeira de que atenderá em 72 (setenta e duas) horas, até o valor da garantia, as requisições de pagamento, multas e outras verbas previstas na licitação e/ou contrato formulados pelo Tribunal Eleitoral/MS e legalmente exigíveis.

2) Declaração da instituição bancária de que renuncia expressamente aos benefícios previstos no artigo 827 da Lei nº10.406 (Código Civil).

4.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, garantia em qualquer uma das modalidades acima descritas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato e deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, sob pena de multa prevista na cláusula décima primeira.

4.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,05% do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 1,5% (cinco por cento).

4.2.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% do valor anual do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da contratada.

4.2.2.1. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado no subitem 4.2.2., por quaisquer das modalidades previstas neste Capítulo.

4.2.2.2. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

4.2.3. Caso a contratada deixe de apresentar definitivamente a garantia, fica sujeita a rescisão contratual, passível de aplicação da penalidade prevista na Cláusula Décima Primeira.

4.2.4. Sempre que houver acréscimo de valores, prorrogação da vigência do contrato, ou utilização de valor, a garantia deverá ser proporcionalmente atualizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do termo ou da comunicação de execução da garantia contratual.

4.3. Somente poderá ser efetivado pagamento mediante a apresentação da garantia, sob pena de não se iniciar o prazo de 7 (sete) dias úteis para pagamento.

4.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos diretos causados decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

4.4.1. Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do item 4.4.

4.4.2. A garantia será executada na sua totalidade se os prejuízos sofridos por este Tribunal forem iguais ou superiores ao valor assegurado; se os prejuízos quantificados pelo TRE/MS forem menores que o valor da garantia, será executado somente aquele valor.

4.5. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução completa do contrato, caso não haja sido utilizada nos termos do item 4.4 desta Cláusula, incluindo a comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

4.5.1. Ao final do contrato, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

4.6. Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

4.7. O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a) caso fortuito ou força maior;

b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

4.8. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 4.7.

CLÁUSULA QUINTA –DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A fiscalização, acompanhamento e orientação dos serviços objeto deste Contrato e do Termo de Referência ficarão a cargo da Assessoria de Obras e Projetos (AOP);

5.2. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, podendo inclusive exigir mudanças, desde que devidamente justificado;

5.3. A fiscalização terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade sobre a execução da mesma, a qual será única

e exclusivamente de competência da empresa contratada;

5.4. As relações entre o Tribunal e a empresa contratada, serão mantidas prioritariamente, por intermédio da Fiscalização;

5.5. São atribuições da Fiscalização:

- a) Seguir as orientações deste contrato, atuando e desempenhando suas atividades com o intuito de fiscalizar o cumprimento das condições pactuadas pela contratada;
- b) elaborar e informar à Administração, através de documento formal juntado aos autos, o registro dos prazos contratuais, bem como o registro de quaisquer atualizações de prazos por conta de dias perdidos em função da aprovação dos projetos pelo Tribunal, ou atraso referente à aprovação do projeto por parte de Órgãos Públicos ou Concessionários de Serviços Públicos, se houver;
- c) Encaminhar as notas fiscais/recibos para pagamento com toda a documentação exigida neste contrato;
- d) manter cópia do contrato, e possíveis alterações, sob sua guarda, em arquivo próprio;
- e) manter o controle dos prazos contratuais, informando a Administração sobre quaisquer necessidades de alterações ou prorrogações;
- f) adotar todas as providências necessárias à perfeita execução dos serviços, informando a Administração sobre a necessidade de providências que extrapolem as suas competências.

5.6. À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos trabalhos e serviços sem prejuízos das penalidades a que a empresa ou pessoa física contratada ficar sujeita e sem que tenha direito a qualquer indenização, no caso de não serem atendidas as suas determinações quanto a regular execução dos serviços, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento do Ofício ou Ordem de Serviços.

CLÁUSULA SEXTA– DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

6.1. No término dos serviços a empresa contratada deverá comunicar a fiscalização para recebimento dos serviços contratados.

6.2. O recebimento deverá ser realizado conforme as disposições da Lei n.8.666/93 e do Capítulo XIV do Termo de Referência:

- a) PROVISORIAMENTE pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da empresa contratada;
- b) DEFINITIVAMENTE por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em prazo não superior a 10 (dez) dias e observado o disposto no arts. 69 e 76 da Lei 8.666/93.

6.3. O Recebimento definitivo dos serviços não isenta a empresa de realizar, a suas expensas, qualquer necessidade de correção, complementação ou alterações caracterizadas como falhas ou omissões do projeto, necessárias para a emissão da Licença de Operação.

6.4. A Contratada e seu responsável técnico respondem perante o Contratante por todos os serviços ora contratados, cumprindo e fazendo cumprir todos os prazos estabelecidos, devendo ainda interagir com sua equipe técnica de forma a obedecer ao determinado no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

7.1. O valor total do contrato é de **R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**.

7.1.1. No valor acima deverão estar incluídos todos os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto aqui contratado (técnicos, impostos, taxas, emolumentos, fretes, deslocamentos, diárias, plotagens e outros que compõem sua tabela de custos), não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível.

7.2. O pagamento será efetuado em 5 (cinco) parcelas, mediante depósito efetuado em Conta Corrente informada na proposta, em nome da contratada, desde que atendidas todas as condições de serviço previstos neste contrato, e do ateste da Nota Fiscal pela Fiscalização, que o fará após análise dos projetos/serviços entregues, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis contados a partir da apresentação pela contratada de todos os documentos elencados abaixo, desde que a documentação fiscal esteja válida e com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento:

- a) Via da **Anotação da Responsabilidade Técnica (ART)** do serviço;
- b) **CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**
- c) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF)**, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
- d) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**, emitida pela Justiça do Trabalho;
- d) **DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES**, caso a empresa seja optante;
 - d.1. Caso a empresa seja **OPTANTE PELO SIMPLES** e não apresente a **DECLARAÇÃO DE OPÇÃO**, será **RETIDA NA FONTE** a alíquota dos impostos definidos pela Lei 9.430/96, não se responsabilizando o Tribunal por impostos retidos em função da omissão ou falta de comprovação da empresa.

7.2.1. Para efeitos de execução e pagamento das parcelas, desde que cumpridos os requisitos, será obedecido a seguinte proporção:

- a) Elaboração do projeto da central de geração de energia submetido à aprovação da concessionária e elaboração do projeto executivo da estrutura metálica "Carport": **5% do valor total da contratação;**
- b) Instalação da estrutura metálica "Carport": **20% do valor da contratação;**
- c) Entrega dos materiais e equipamentos necessários para instalação do sistema: **45% do valor total da contratação;**
- d) Instalação do Sistema: **25% do valor da contratação;**
- e) Troca do Medidor e Vistoria da Concessionária: **5% do valor total da contratação.**

7.3. O prazo de pagamento interrompe-se sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente, devendo o fiscal de contrato ser comunicado pela Unidade Responsável pelo pagamento, para

imediatamente oficialiar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

7.4. A nota fiscal/fatura deverá destacar todos os tributos que serão retidos na forma estabelecida pelas Resoluções da Secretaria da Receita Federal, devendo a contratada, antes da emissão da nota, entrar em contato com a Coordenadoria de Orçamento e Finanças do TRE/MS (telefone: (67) 2107-7000), solicitando orientações sobre o preenchimento da nota.

7.5. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, desde que tal delonga não seja motivada pelo contratado, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

i = taxa percentual anual do valor de 6%,

$$I = i / 365 \text{ onde } I = (6/100) / 365.$$

7.7. De acordo com o §1º, do art. 2º, da Lei 10.192/01, é nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

7.7.1. No caso da não conclusão do objeto dentro do prazo da vigência do contrato, a contratada deverá requerer expressamente o reajuste, com base no Índice Nacional da Construção Civil – INCC/FGV. ou outro índice oficial que venho substituí-lo, observando o interregno mínimo de doze meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

7.7.2. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

7.7.3. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

7.8. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, será utilizada, como fator de revisão contratual, a diferença em percentual entre o valor do custo unitário básico do SINAPI do mês de apresentação da proposta e o custo unitário básico do mês da realização da revisão.

7.9. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA OITAVA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

8.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual exercício 2019 para a Unidade 14112: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, Ação: xxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxxxx, Elemento de despesa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

9.1. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos neste termo.

9.2. Fornecer à Contratada todas as informações solicitadas, e requerer alterações/correções para posteriormente aprová-los.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

10.1. Executar os serviços na forma e prazos determinados no Termo de Referência, sem prejuízo do acompanhamento da execução dos serviços pela Fiscalização.

10.2. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização, feitas por Ofício ou Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização.

10.3. Recolher as ARTs ou RRT's, pagar os impostos e taxas cobrados pelos órgãos de controle (Prefeitura, Bombeiros, etc.), inerentes ao objeto ora contratado.

10.4. Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e fazendo cumprir o estabelecido no Termo de Referência.

10.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.

10.6. Responsabilizar-se perante sua equipe técnica por todas as despesas inerentes aos contratos de trabalhos ou de prestação de serviços, bem como arcar com as despesas decorrentes do deslocamento de seus técnicos aos locais dos imóveis, caso necessário.

10.7. Executar as etapas dos serviços nos prazos estabelecidos, e ainda, concluir todo o objeto contratado dentro do prazo total fixado, salvo se adiantar os serviços.

10.8. Compor sua equipe de técnicos altamente especializados para a execução dos serviços, de forma a garantir o desenvolvimento dos projetos dentro da mais perfeita técnica e sempre obedecendo às recomendações das normas vigentes da ABNT.

10.9. Comunicar à Fiscalização qualquer substituição que porventura venha ocorrer em sua equipe técnica, devendo o novo técnico contratado ter os pré-requisitos solicitados quando da licitação, inclusive recolhimento de nova ART ou RRT.

10.10. Manter, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.11. Comunicar à fiscalização, por escrito, do término dos serviços.

10.12. Não subcontratar no todo, o objeto do presente contrato, respondendo a contratada perante a contratante pela execução total do objeto e não haverá qualquer relação entre a contratante e a subcontratada, de modo que, também, pelos atos ou omissões desta, ela é plenamente responsável. A responsabilidade da contratante é plena, legal e contratual.

10.13. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o §1º do art. 65 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Termo de Referência (Anexo I), a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

11.2. Será aplicada **Advertência** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções das obrigações;
- b) falhas durante a execução do fornecimento/prestação dos serviços, não corrigidas até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- c) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

11.3 Será aplicada **Multa**, da seguinte forma:

- a) de **0,05%** (zero vírgula cinco) do valor total do contrato, por dia de atraso, no caso de **atraso na entrega da garantia contratual** até o máximo de 1,5%, que representa 30 dias.
- b) de **0,1%** (zero virgula um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, pelo **atraso injustificado do início dos serviços**, até o limite máximo de 15 dias consecutivos. Após o décimo quinto dia, a multa diária passará a 0,2% e a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- c) de **1%** (um por cento) por dia de **atraso na conclusão de etapa de serviço**, sobre o valor total do contrato, limitada a sua aplicação a 15 dias.
- d) de **2%** (dois por cento) por dia de **atraso na entrega dos serviços**, sobre o valor total do contrato, limitada a sua aplicação a 10 dias. Após o décimo dia a multa diária passará a 5% (cinco por cento); após o décimo quinto dia, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- e) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **atraso na emissão e no encaminhamento do documento imprescindível** para pagamento;
- e) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais, - que não estejam especificada nas outras alíneas deste item -**, no Termo de Referência ou de ordens da fiscalização.
- f) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso não queira receber a Nota de Empenho, ou assinar o contrato ou ainda, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;
- g) de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, por ocorrência, após a segunda ocorrência de advertência da mesma natureza;
- h) de **30%** (trinta por cento) do valor total do contrato, caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o TRE/MS a rescindir o contrato, ou por deixar de cumprir definitivamente com obrigação constante neste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

11.3.1. Na aplicação das multas acima serão consideradas a natureza e gravidade da infração cometida, além dos danos que provierem para o serviço público, podendo a Administração motivadamente, com vistas a atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, agravar ou atenuar as multas em 2/3, 1/2 ou 1/3.

11.3.2. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ao contrato, quando houver, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

11.3.3. Haverá retenção cautelar dos valores, no caso de ocorrência de descumprimento das condições da contratação, até a finalização procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, sendo restituído à contratada o correspondente o valor caso não subsistam razões para a aplicação de multa.

11.3.4. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação;

11.3.5. Caso não haja recolhimento, o valor da multa poderá ser glosado dos valores devidos à CONTRATADA.

11.3.6. Se o crédito não for suficiente para cobrir o valor total da multa, o valor será descontado da garantia contratual, se houver.

11.3.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

11.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

- a) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto
- d) não mantiver a proposta
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato
- f) comportar-se de modo inidôneo ou
- g) cometer fraude fiscal.

11.5. Será aplicada **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO**, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o Contratante, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

11.5.1 A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a *Contratada* venha a ressarcir o Contratante pelos prejuízos eventualmente causados.

11.6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação, encaminhado à autoridade superior do Contratante.

11.7. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

11.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A rescisão do presente Contrato somente ocorrerá nos casos estritamente previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

12.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato **unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo, ficando previamente consignada neste termo a anuência das partes com o previsto no inc. II do art. 79 da Lei 8.666/93.

c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

12.3. No caso de rescisão motivada pelo inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

12.4. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

12.5. Fica desde já consignado neste termo a expressa anuência da contratada com a possibilidade de aplicação do disposto no inciso II, do § 2º, artigo 65, da Lei 8.666/93, a critério da Administração, não havendo necessidade de posterior termo ratificando tal prerrogativa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS FUNDAMENTOS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 8.666/93, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

13.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como a legislação vigente, própria e/ou específica ao objeto deste contrato.

13.3. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação;

13.4. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresse, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Na forma da Lei é competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande - MS para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam este contrato, para um só efeito.

Campo Grande, xx de xxxxxx de 2019.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 12/06/2019, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0673281** e o código CRC **C32F6DCF**.

0004174-08.2019.6.12.8000

0673281v2